

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 26 de Fevereiro de 2008 — Comissão das Comunidades Europeias/República Federal da Alemanha**

(Processo C-132/05) <sup>(1)</sup>

*(«Incumprimento de Estado — Regulamento (CEE) n.º 2081/92 — Protecção das indicações geográficas e das denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios — Queijo “Parmigiano Reggiano” — Utilização da denominação “parmese” — Obrigação de um Estado-Membro punir oficiosamente a utilização abusiva de uma denominação de origem protegida»)*

(2008/C 92/03)

Língua do processo: alemão

**Partes**

*Demandante:* Comissão das Comunidades Europeias (representantes: E. de March, S. Grünheid e B. Martenczuk, agentes)

*Intervenientes em apoio da demandante:* República Checa (representante: T. Boček, agente), República Italiana (representantes: I. M. Braguglia, agente e G. Aiello, avvocato dello Stato)

*Demandada:* República Federal da Alemanha (representantes: M. Lumma, A. Dittrich, agentes e M. Loschelder, Rechtsanwalt)

*Intervenientes em apoio da demandada:* Reino da Dinamarca (representante: J. Molde, agente), República da Áustria (representante: E. Riedl, agente)

**Objecto**

Incumprimento de Estado — Infracção do artigo 13.º, n.º 1, alínea b) do Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios (JO L 208, p. 1) — Falta de medidas para proibir a utilização da denominação «Parmesan» para produtos que não cumprem o caderno de encargos previsto para a denominação de origem protegida «Parmigiano Reggiano»

**Parte decisória**

- 1) Julga-se improcedente a acção.
- 2) A Comissão das Comunidades Europeias é condenada nas despesas.
- 3) A República Checa, o Reino da Dinamarca, a República Italiana e a República da Áustria suportarão as respectivas despesas.

<sup>(1)</sup> JO C 132 de 28.5.2005.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 21 de Fevereiro de 2008 (pedido de decisão prejudicial do Verwaltungsgerichtshof — Áustria) — Tele2 Telecommunication GmbH/Telekom-Control-Kommission**

(Processo C-426/05) <sup>(1)</sup>

*(«Comunicações electrónicas — Redes e serviços — Quadro regulamentar comum — Artigos 4.º e 16.º da Directiva 2002/21/CE (directiva-quadro) — Recurso — Procedimento administrativo de análise de mercado»)*

(2008/C 92/04)

Língua do processo: alemão

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Verwaltungsgerichtshof

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Tele2 Telecommunication GmbH

*Recorrida:* Telekom-Control-Kommission

**Objecto**

Pedido de decisão prejudicial — Verwaltungsgerichtshof — Interpretação dos artigos 4.º, n.º 1, e 16.º, n.º 3, da Directiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas (directiva-quadro) (JO L 108, p. 33) — Procedimento de análise de mercado — Conceito de pessoa «prejudicada» ou «afectada» («betroffen») — Legislação nacional que reserva a qualidade de parte no procedimento («Parteistellung») unicamente para o destinatário da decisão que impõe, modifica ou suprime obrigações regulamentares específicas, excluindo as empresas concorrentes

**Parte decisória**

- 1) O conceito de utilizador ou de empresa «prejudicado/a», na acepção do artigo 4.º, n.º 1, da Directiva 2002/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março de 2002, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas (directiva-quadro), e o de parte «abrangida», na acepção do artigo 16.º, n.º 3, desta directiva, devem ser interpretados no sentido de que podem referir-se não apenas a uma empresa (anteriormente) com poder de mercado significativo no mercado relevante que é objecto de uma decisão de uma autoridade reguladora nacional adoptada no âmbito de um procedimento de análise de mercado, referido no artigo 16.º da mesma directiva, e de que é destinatária, mas igualmente aos utilizadores e às empresas concorrentes dessa empresa, que não são em si mesmos destinatários desta decisão, mas cujos direitos são prejudicados por ela.

2) Uma disposição de direito nacional que, no âmbito de um procedimento não contencioso de análise de mercado, apenas reconhece a qualidade de parte às empresas (anteriormente) com poder de mercado significativo no mercado relevante relativamente às quais são impostas, modificadas ou suprimidas obrigações regulamentares específicas não é, em princípio, contrária ao artigo 4.º da Directiva 2002/21. Todavia, compete ao órgão jurisdicional de reenvio verificar que o direito processual interno assegura a salvaguarda dos direitos decorrentes da ordem jurídica comunitária para os utilizadores e para as empresas concorrentes de uma empresa (anteriormente) com poder de mercado significativo no mercado relevante, de forma que não seja menos favorável do que a salvaguarda dos direitos comparáveis de natureza interna e que não prejudique a eficácia da protecção jurídica dos referidos utilizadores e das referidas empresas garantida no artigo 4.º da Directiva 2002/21.

(<sup>1</sup>) JO C 22 de 28.1.2006.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 21 de Fevereiro de 2008 — Comissão das Comunidades Europeias/República Francesa**

(Processo C-201/06) (<sup>1</sup>)

**(Incumprimento de Estado — Produtos fitofarmacêuticos — Importações paralelas — Procedimento de autorização de colocação no mercado — Requisitos — Origem comum do produto fitofarmacêutico importado paralelamente e do produto de referência)**

(2008/C 92/05)

Língua do processo: francês

**Partes**

**Demandante:** Comissão das Comunidades Europeias (representante: B. Stromsky, agente)

**Demandada:** República Francesa (representantes: G. de Bergues e R. Loosli-Surrans, agentes)

**Interveniente em apoio da demandada:** Reino dos Países Baixos (representante: H. G. Sevenster, agente)

**Objecto**

Incumprimento de Estado — Artigo 28.º CE — Exigência de uma origem comum do produto fitossanitário importado paralelamente e do produto de referência

**Parte decisória**

- 1) A acção é julgada improcedente.
- 2) A Comissão das Comunidades Europeias é condenada nas despesas.
- 3) O Reino dos Países Baixos suportará as suas próprias despesas.

(<sup>1</sup>) JO C 165 de 15.7.2006.

**Acórdão do Tribunal de Justiça (Quarta Secção) de 21 de Fevereiro de 2008 (pedido de decisão prejudicial de Bundesfinanzhof — Alemanha) — Netto Supermarkt GmbH & Co. OHG/Finanzamt Malchin**

(Processo C-271/06) (<sup>1</sup>)

**(«Sexta Directiva IVA — Artigo 15.º, ponto 2 — Isenção das entregas de bens para exportação para fora da Comunidade — Não preenchimento dos pressupostos da isenção — Prova da exportação falsificada pelo comprador — Fornecedor que actua com a diligência de um comerciante avisado»)**

(2008/C 92/06)

Língua do processo: alemão

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Bundesfinanzhof

**Partes no processo principal**

**Recorrente:** Netto Supermarkt GmbH & Co. OHG

**Recorrida:** Finanzamt Malchin

**Objecto**

Pedido de decisão prejudicial — Bundesfinanzhof (Alemanha) — Interpretação do direito comunitário em matéria de IVA, designadamente do artigo 15.º, n.º 2, da Sexta Directiva 77/388/CEE do Conselho, de 17 de Maio de 1977, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria colectável uniforme (JO L 145, p. 1; EE 09 F1 p. 54) — Reembolso do IVA sobre entregas de bens para exportação, obtido graças a documentos falsificados — Isenção por razões de equidade